



Demonstrações Financeiras Individuais

BANCO ORIGINAL

ÍNDICE

• Relatórios

Relatório da administração	3
Resumo do relatório do comitê de auditoria	6
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais	8

• Demonstrações financeiras individuais

Balanco patrimonial.....	13
Demonstração do resultado	15
Demonstração do resultado abrangente	16
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	17
Demonstração dos fluxos de caixa.....	18

• Notas explicativas

1 Contexto operacional	20
2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras	20
3 Principais práticas contábeis	26
4 Caixa e equivalentes de caixa	31
5 Ativos financeiros.....	31
6 Operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito.....	36
7 Outros ativos e passivos.....	38
8 Investimentos.....	40
9 Imobilizado.....	40
10 Intangível	41
11 Passivos financeiros ao custo amortizado.....	42
12 Tributos	44
13 Provisões e outras obrigações com instrumentos financeiros	46
14 Patrimônio líquido	47
15 Despesas de pessoal	48
16 Outras despesas administrativas.....	49
17 Outras receitas	49
18 Outras despesas.....	49
19 Partes relacionadas	50
20 Estrutura de gerenciamento de riscos	51
21 Suficiência de capital	55
22 Informações complementares	56
23 Eventos subsequentes.....	56

JUNHO DE 2025

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Original S.A., acompanhadas das suas respectivas notas explicativas referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2025.

Essas informações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a legislação societária vigente, e em conformidade com as normas e instruções emanadas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

Cenário Geral

O desempenho da economia brasileira no primeiro semestre de 2025 confirmou o processo de desaceleração esperado após o crescimento robusto de 2024. Apesar do impulso inicial da safra recorde, a atividade começa a sentir os efeitos da política monetária restritiva, sobretudo nos setores mais dependentes de crédito e consumo. O crescimento tende a se concentrar em segmentos de serviços menos sensíveis aos juros e no setor externo.

A inflação acumulada em 12 meses atingiu 5,13% em junho, permanecendo acima do centro da meta e refletindo a rigidez dos núcleos, a inércia dos preços de serviços e a volatilidade dos alimentos. A persistência desse quadro, combinada à desancoragem parcial das expectativas, reforçou a necessidade de manter a política monetária em território contracionista. A taxa Selic foi elevada para 15%, nível que deverá prevalecer até o fim de 2025, consolidando uma postura de contenção da demanda, até o seu primeiro corte no início de 2026.

O câmbio segue trajetória de valorização do real frente ao dólar, bem como o melhor comportamento entre os pares. Esse movimento, além de influenciar os preços de bens comercializáveis, mantém o diferencial de juros como principal fator de atração de capitais, em detrimento de fundamentos mais sólidos. No entanto, as políticas de tarifas internacionais e o período eleitoral que se aproxima, levam as nossas projeções para um câmbio um pouco mais depreciado, encerrando o ano próximo aos R\$ 5,65.

De forma geral, as condições financeiras têm apresentado melhoras, principalmente nos ativos de risco, que têm como efeito principal a expectativa de corte de juros nos EUA.

Para o restante de 2025, projetamos expansão do PIB em torno de 2,2% no consolidado do ano. O cenário combina desinflação gradual, câmbio depreciado e juros elevados, o que limita o espaço para aceleração da atividade.

No Original

O Banco Original é controlado pela holding J&F Participações S.A., pertencente ao maior grupo empresarial do Brasil, com atuação desde 1953 e com presença em mais de 25 países, empregando cerca de 300 mil colaboradores. O Grupo J&F controla um portfólio diversificado de empresas em diferentes setores, entre eles o Banco Original, com atuação consolidada como Banco de Atacado reconhecido por sua solidez, oferecendo soluções financeiras ágeis e eficazes.

Desde julho de 2023, o foco do Banco Original está direcionado exclusivamente às operações de Atacado, com atendimento a clientes dos segmentos de Agronegócio, Corporate e Middle, oferecendo suporte eficiente e personalizado.

Pilares de Crescimento

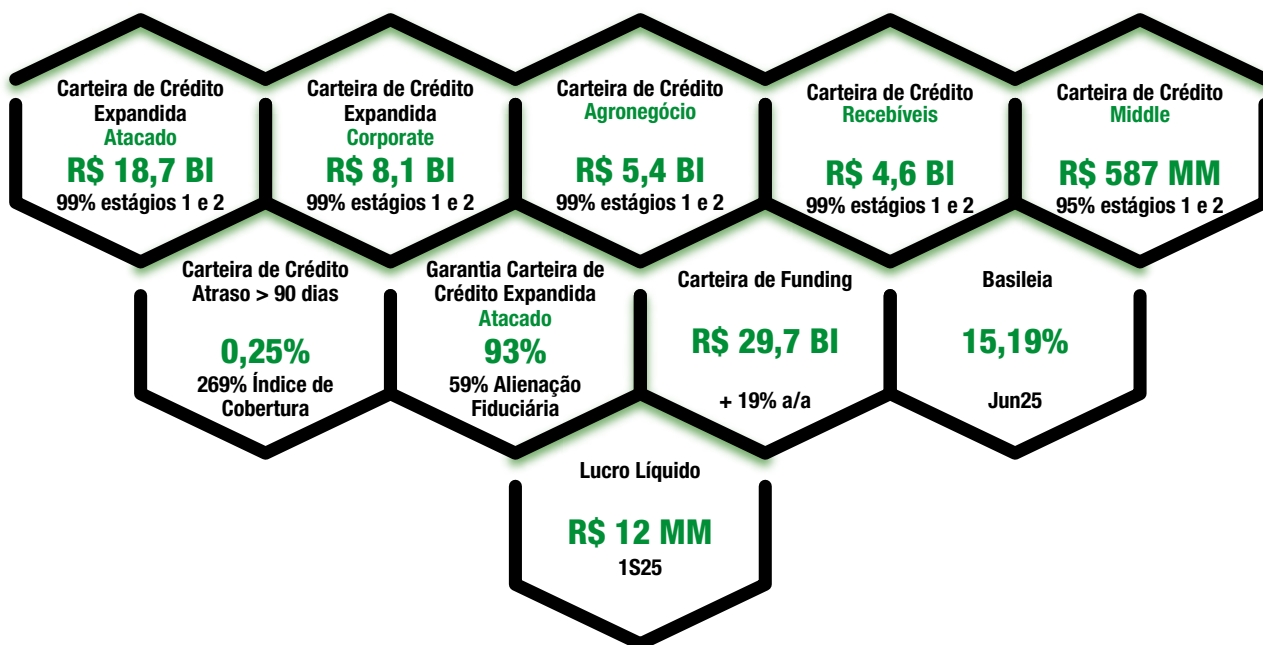
Agronegócio: Desde o início de suas operações, a instituição atua no segmento do agronegócio, oferecendo soluções financeiras personalizadas para empresas e produtores rurais envolvidos nas principais atividades do setor, como algodão, café, milho, soja, pecuária, entre outros. O foco está no atendimento a clientes com faturamento anual superior a R\$ 100 milhões, sempre em busca da excelência nos serviços prestados.

Corporate: Em 2013, foi lançado o segmento Corporate, que abrange empresas com faturamento anual a partir de R\$ 500 milhões, suportando grandes grupos econômicos e oferecendo soluções especialmente desenvolvidas para apoiar o crescimento e a expansão dos clientes.

Middle: Em 2022, foi dado início ao reforço do time do Middle com foco no atendimento a empresas com faturamento entre R\$ 50 e R\$ 500 milhões. O modelo de atuação é pautado em um relacionamento próximo com clientes Pessoas Jurídicas, por meio de um atendimento diferenciado, conduzido por gerentes especialistas.

Destques Financeiros

Com o objetivo de suportar e expandir as operações da instituição, os acionistas realizaram aportes de capital no Banco Original no valor de R\$ 280 milhões ao longo do primeiro semestre de 2025. Esses recursos têm como objetivo fortalecer a estrutura financeira do banco, impulsionar a implementação de novos projetos estratégicos e garantir a continuidade do crescimento sustentável. A decisão reflete a confiança dos acionistas no potencial de expansão dos negócios e na solidez da instituição.



Carteira de Crédito

A carteira de crédito expandida encerrou o primeiro semestre de 2025 com saldo de R\$ 21,2 bilhões, com destaque para o segmento de Atacado, que atingiu R\$ 18,7 bilhões, representando 88% do total da carteira, com crescimento de 26% em relação ao mesmo período de 2024. Esse desempenho reflete a elevada qualidade da carteira, com índice de inadimplência superior a 90 dias em 0,25%, apurado conforme os critérios da Resolução nº 4.966/21 do Banco Central.

Em comparação ao primeiro semestre de 2024, a carteira de crédito do Agronegócio apresentou crescimento de 18%, enquanto o segmento Corporate registrou uma expansão de 116% no mesmo período. Em direção oposta, a carteira de Varejo teve retração de 25% em relação a junho de 2024, o que reforça o posicionamento estratégico da instituição como um banco com atuação focada exclusivamente no segmento de Atacado.

O prazo médio da carteira de ativos fechou o semestre em 357 dias, refletindo a estratégia da instituição focada na segurança e na eficiência na alocação de recursos. A abordagem conservadora e orientada à performance também se reflete no Índice de Basileia, que alcançou 15,19% no final do período.

Em conformidade com a Resolução nº 4.966/21 do Banco Central, ao final de junho de 2025, 88% das operações de crédito estavam classificadas nos Estágios 1 e 2, percentual ainda impactado pela carteira de Varejo, integralmente provisionada (99%) até junho de 2025. Considerando exclusivamente as operações de Atacado, 99% estavam classificadas nos Estágios 1 e 2, percentual alinhado aos 93% das operações com garantias vigentes nos segmentos Corporate, Agronegócio e Middle.

Carteira de Captação

A carteira de captação encerrou o primeiro semestre de 2025 com saldo de R\$ 29,7 bilhões, representando um crescimento de 19% em relação ao mesmo período do ano anterior. Desse total, 27% foram originados por meio de operações incentivadas (LCA e LCI), o que contribuiu para a redução do custo médio de captação e para o fortalecimento da competitividade no mercado.

O prazo médio da carteira de passivos foi de 494 dias, evidenciando a eficiência da instituição na gestão de ativos e passivos.

Resultado Líquido

Concluimos o primeiro semestre de 2025 com lucro líquido de R\$ 12 milhões, um resultado positivo mesmo diante dos desafios enfrentados após mudanças estratégicas, reestruturações e ajustes operacionais.

Agradecimentos

O reconhecimento vai aos clientes e parceiros, cuja confiança e apoio têm sido fundamentais para a continuidade das operações e a consolidação dos resultados. Também se destaca a contribuição dos 366 colaboradores, cuja dedicação e profissionalismo são determinantes para o desempenho e a evolução da instituição.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria (Comitê) do Conglomerado Original (Conglomerado) tem como principais atribuições supervisionar os processos de controles internos e de gerenciamento de riscos do conglomerado, bem como os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna e avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras.

O Comitê é um órgão estatutário com reporte ao Conselho de Administração (Conselho) e sua composição conta com dois membros externos independentes e um membro interno, em conformidade com o que estabelece a resolução CMN nº 4.910 de 27 de maio de 2021.

Para o cumprimento de suas atribuições, as avaliações e recomendações do comitê baseiam-se em informações recebidas da administração, incluídos os gestores de riscos, a auditoria interna e a auditoria independente.

Estabeleceram-se canais de comunicação eficientes entre os membros do comitê e os órgãos da administração executiva, de modo que as solicitações de informações dos componentes do colegiado são atendidas rápida e substancialmente pelos administradores e funcionários das instituições.

A administração executiva é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e pelos critérios e procedimentos utilizados nos processos geradores das informações e, portanto, é a garantidora de sua qualidade.

A estrutura de auditoria interna é diretamente subordinada ao Conselho e é supervisionada pelo Comitê. Atua de forma objetiva e independente e adota metodologia própria, fundamentada nas melhores práticas da profissão. A metodologia estabelece a abordagem de avaliação por processos, com a frequência dos trabalhos determinada pelos riscos dos processos avaliados.

A auditoria interna provê o Conselho, a Presidência, a Diretoria Executiva e o Comitê de Auditoria com avaliações independentes, imparciais e tempestivas, para auxiliar a organização a realizar seus objetivos a partir da avaliação e melhoria dos processos de gerenciamento de riscos, controles, governança e do cumprimento de normas e regulamentos associados às operações do Conglomerado.

A Grant Thornton Auditores Independentes, empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras do Conglomerado, deve assegurar que elas apresentem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, e que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Comitê reuniu-se 6 (seis) vezes no primeiro semestre de 2025, realizando 44 reuniões. Destas, 6 (seis) com a Auditoria Interna, 1 (uma) com a empresa de auditoria independente, 6 (seis) com a Contabilidade e Controladoria e 33 (trinta e três) com os gestores de negócios e de riscos, com o intuito de discutir pontos de gerenciamento de riscos, o planejamento e os trabalhos da Auditoria Interna, a adequação do escopo e dos procedimentos da auditoria independente, além de analisar as demonstrações financeiras de 30 de junho de 2025

Nenhuma recomendação foi emitida para o semestre findo em 30 de junho de 2025.

O Comitê, com base nas informações recebidas, considera que a abrangência e profundidade dos trabalhos das auditorias independente e interna foram satisfatórias frente aos objetivos propostos, que as demonstrações financeiras de 30 de junho de 2025 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e que os aprimoramentos nos processos de gestão e controle de riscos os tornam adequados à complexidade dos negócios e ao perfil de risco do Conglomerado.

Não foram identificadas divergências significativas entre a Administração, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria, em relação às demonstrações financeiras para o período em análise.

Com base nas informações recebidas, o Comitê de Auditoria registra como positivos os esforços que vêm sendo desenvolvidos com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos do Conglomerado.

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda à Administração a aprovação das demonstrações financeiras auditadas do semestre findo em 30 de junho de 2025.

São Paulo, 16 de setembro de 2025.

O Comitê de Auditoria

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12ª andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Original S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Original S.A. (“Instituição” ou “Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Original S.A. em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“Bacen”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que descreve que as referidas informações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (Bacen). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das Demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2024 e ao semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi conduzido sob responsabilidade de outros auditores, que emitiram o relatório de auditoria datado em 29 de agosto de 2024 e 31 de março de 2025, respectivamente, sem modificação de opinião.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de ativos financeiros

(Conforme Nota Explicativa nº 6, “Operações de crédito e Outras operações com características de concessão de crédito”)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA:

A Instituição tem como um de seus principais negócios a realização de operações de crédito e financiamentos. Neste sentido, a administração exerce julgamento para fins de determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito em conformidade com as regras estabelecidas pela Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Em 30 de junho de 2025, a Instituição possuía provisões para as operações de crédito e outros créditos com característica de crédito no montante de R\$ 2.580.222 mil. Em função da determinação do valor recuperável dos créditos ser uma estimativa contábil e possuir aspectos objetivos e subjetivos para sua determinação, consideramos a mensuração dessas provisões como sendo um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Nossos procedimentos de auditoria, foram, entre outros: **(i)** o entendimento do processo estabelecido pela administração, bem como a análise sobre políticas contábeis internas; **(ii)** teste para validação da completude e integridade dos saldos; **(iii)** avaliação da atribuição do nível de provisão do devedor e conseqüentemente a classificação do estágio, através das premissas estabelecidas pela administração, com base nas premissas praticadas pelo mercado; **(iv)** monitoramento do controle e valorização das garantias; **(v)** monitoramentos das transações renegociadas; **(v)** recálculo aritmético das provisões e **(vii)** processos estabelecidos pela administração para cumprimento das premissas e normas do Banco Central do Brasil e do Conselho Monetário Nacional. Também foi escopo de nossas análises a avaliação e adequação das divulgações efetuadas pela Instituição na Nota Explicativa nº 6 das demonstrações financeiras.

Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pelo Banco para mensuração e reconhecimento das provisões para perdas associadas ao risco de crédito foram adequados, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Créditos tributários

(Conforme Nota Explicativa nº 12c, “Composição dos ativos diferidos”)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Em 30 de junho de 2025, a Instituição possuía o montante de R\$ 3.688.395 mil referente a créditos tributários oriundos de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, os quais a administração entende que é provável a geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a adequada compensação desses créditos tributários. A projeção desses lucros tributáveis é baseada em premissas estabelecidas e fundamentadas pela administração e, portanto, envolvem julgamento e subjetividade. Consideramos a mensuração e realização desses créditos tributários como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria, foram, entre outros: **(i)** o entendimento das premissas estabelecidas pela administração, e o teste de sua efetividade, conforme estabelecido nas práticas contábeis e Resolução nº 3.059/02 alterada pela Resolução nº 4.842/20 ambas do Conselho Monetário Nacional (CMN), que requerem a análise das perspectivas de realização desses créditos, mediante a estudo de recuperabilidade dos créditos; **(ii)** validação das movimentações de adições e baixas e da integridade com base em seus respectivos efeitos contábeis. Também foi escopo de nossas análises a validação da adequação das divulgações efetuadas pela Instituição referente a Nota Explicativa nº 12c das demonstrações financeiras.

Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pelo Banco para mensuração e reconhecimento dos créditos tributários foram adequados, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração e o Relatório do Comitê de Auditoria.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração. Não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manterem em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

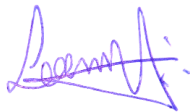
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de setembro de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Leonardo Mesquita Dantas
Contador CRC 1SP-263.110/O-7

BALANÇO PATRIMONIAL

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2025
Ativo		
Disponibilidades		19.327
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		3.530.574
Títulos e valores mobiliários	5.2.a	3.118.826
Instrumentos financeiros derivativos	5.3.b	411.748
Ativos financeiros ao custo amortizado		23.693.243
Títulos e valores mobiliários	5.2.a	7.276.232
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.1	770.117
Operações de crédito	6.a	8.861.886
Outras operações com características de concessão de crédito	6.b	5.375.632
Outros ativos financeiros	7.a	1.409.376
Tributos		3.712.020
Correntes	12.b	23.625
Diferidos	12.c	3.688.395
Outros ativos	7.b	628.453
Investimentos em coligadas e controladas		194.712
Imobilizado	9.a	3.599
Intangível	10.a	8.061
Total do ativo		<u>31.789.989</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BALANÇO PATRIMONIAL

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2025
Passivo e patrimônio líquido		
Passivos financeiros ao custo amortizado		29.892.779
Depósitos	11.a	19.757.060
Captações no mercado aberto	11.b	500.000
Recursos de aceites e emissão de títulos	11.c	8.306.495
Instrumentos de dívida com cláusulas de subordinação	11.d	1.304.340
Obrigações por empréstimos e por repasses	11.e	24.523
Outros passivos financeiros	7.c	361
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado		207.605
Instrumentos financeiros derivativos	5.3.b	207.605
Provisões e outras obrigações com instrumentos financeiros	13.a	189.629
Tributos		16.013
Correntes	12.d	6.920
Diferidos	12.e	9.093
Outros passivos	7.d	128.796
Patrimônio líquido		1.355.167
Capital social	14.a	5.360.001
Outros resultados abrangentes	14.d	68.633
Prejuízos acumulados		<u>(4.073.467)</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>31.789.989</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 30/06/2025
Receitas da intermediação financeira		2.009.223
Rendas de operações de crédito	6.d	592.506
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	5.1	164.655
Rendas com títulos e valores mobiliários	5.2.c	500.873
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	5.3.c	749.868
Rendas de outras operações com características de crédito	6.e	1.321
Despesas da intermediação financeira		(1.869.565)
Despesas de captação	11.f	(2.101.512)
Despesas em operações de empréstimos e repasses	11.g	231.947
Resultado bruto da intermediação financeira		139.658
Resultado das provisões para perdas		102.449
Provisão para risco de crédito		85.843
Recuperação de créditos baixados como prejuízo		16.606
Receitas/(despesas) operacionais		(213.363)
Receitas de prestação de serviços		7.580
Receitas de tarifas bancárias		2.369
Despesas de pessoal	15	(90.474)
Outras despesas administrativas	16	(174.671)
Despesas tributárias	12.h	(10.307)
Resultado de participações em controladas e coligadas	7.d.1/8	5.404
Outras receitas	17	105.377
Outras despesas	18	(58.641)
Resultado antes dos tributos e participações		28.744
Imposto de renda e contribuição social	12	(3.319)
Provisão para imposto de renda		21.338
Provisão para contribuição social		17.069
Ativo fiscal diferido		(41.726)
Participação nos lucros		(13.496)
Resultado líquido		11.929
Resultado básico por ação em Reais		
Ação preferencial		0,03
Ação ordinária		0,01

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	01/01 a 30/06/2025
Lucro líquido	11.929
<i>Hedge</i>	
<i>Hedge</i> de investimentos líquidos em operação no exterior	22.885
Variações cambiais de investimentos no exterior	
Variação de valor justo	(24.092)
Outros	
Coligadas	54.562
Outros	97
Total de outros resultados abrangentes	53.452
Total do resultado abrangente	65.381

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Capital social	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.080.001	411	(3.349.649)	1.730.763
Ajustes Iniciais na Adoção das Resoluções nº 4.966/21 e 4.975/21	–	14.770	(735.747)	(720.977)
Saldos em 1º de janeiro de 2025	5.080.001	15.181	(4.085.396)	1.009.786
Aumento de capital	280.000	–	–	280.000
Ajustes de Avaliação Patrimonial ⁽¹⁾	–	53.452	–	53.452
Lucro Líquido	–	–	11.929	11.929
Saldos em 30 de junho de 2025	5.360.001	68.633	(4.073.467)	1.355.167

⁽¹⁾ Inclui os efeitos da variação cambial referente a conversão de investimentos no exterior.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	01/01 a 30/06/2025
Lucro Líquido Ajustado	552.968
Lucro Líquido	11.929
Ajustes ao Lucro Líquido:	541.039
Perdas de Crédito Esperadas	(85.843)
Resultado de juros e ajuste ao valor justo de operações com dívida subordinada	353.132
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Previdenciárias e Outros Riscos	15.447
Receita de Atualização/Encargos de Depósitos em Garantia	(1.463)
Tributos Diferidos	(754)
Depreciação e amortização	10.876
(Ganho)/perda na venda de ativos não financeiros mantidos para venda recebidos	(8.550)
Provisão para desvalorização de ativos não financeiros mantidos para venda recebidos	3.268
Resultado de Participações em Controladas	(5.404)
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa	1.193
Variação cambial de ativos e passivos	259.137
Variação de Ativos e Passivos	(1.449.617)
(Aumento)/Redução em Ativos	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.326
Títulos e Valores Mobiliários	(2.413.715)
Derivativos (Ativos/Passivos)	(266.127)
Outros ativos financeiros	(338.255)
Operações com Característica de Concessão de Crédito	(2.369.609)
Ativos Fiscais	(2.353)
Outros Ativos	(73.413)
(Redução)/Aumento em Passivos	
Depósitos	3.544.118
Captações no Mercado Aberto	500.000
Obrigações Fiscais	(6.531)
Outros Passivos	(29.058)
Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado) nas Atividades Operacionais	(896.649)
(Aquisição)/Alienação de Investimentos	(2.765)
(Aquisição)/Alienação de Imobilizados	21.047
(Aquisição)/Alienação de Intangíveis	(1.867)

	01/01 a 30/06/2025
Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado) nas Atividades de Investimento	16.415
Aumento (Redução) de capital	280.000
Instrumento de dívida elegível a capital	566.499
Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado) nas Atividades de Financiamento	846.499
Aumento/(Diminuição) Líquido em Caixa e Equivalentes de Caixa	(33.735)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	191.743
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.193)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	156.815
Disponibilidades	19.327
Aplicações em moedas estrangeiras	<u>137.488</u>
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>(33.735)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 30/06/2025 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 30/06 DE 2025 PARA RESULTADO

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

1. Contexto operacional

O Banco Original S.A. (Original) é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a operar sob a forma de banco múltiplo, através de carteira comercial, de financiamento, de investimento e de crédito imobiliário, constituído na forma de sociedade anônima, sediado na Rua Porto União, 295, Brooklin Paulista, São Paulo - SP.

O Original é controlado pela J&F Participações S/A, que detém 100% de suas ações ordinárias e preferenciais.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos, e certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pela lei das sociedades por ações, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), considerando o pressuposto da continuidade, em que a Administração avalia a capacidade operacional no futuro previsível por meio de planejamento anual, fluxos de caixa e revisão dos controles e responsáveis pela governança.

As demonstrações financeiras do Banco Original estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação.

A partir de 1º de janeiro de 2025, o Banco Original passou a adotar as disposições das Resoluções CMN nº 4.966/21, que redefinem os critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, abrangendo a forma de classificação, mensuração e reconhecimento de perdas de crédito esperadas. As alterações resultantes dessas novas práticas foram aplicadas de forma prospectiva a partir da data de adoção inicial.

Conforme previsto no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/21, o Banco decidiu não reapresentar as informações comparativas referentes aos períodos anteriores em suas demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2025.

Os efeitos decorrentes da adoção inicial foram registrados diretamente em lucros ou prejuízos acumulados, já considerando os impactos fiscais. Os ajustes de ganhos e perdas anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido, por meio da conta de Outros Resultados Abrangentes (ORA), foram incorporados ao valor contábil dos ativos na data de transição (1º de janeiro de 2025), exceto para instrumentos financeiros sujeitos à contabilidade de hedge e à mensuração ao valor presente em operações reestruturadas, cujas exigibilidades se iniciarão a partir de 1º de janeiro de 2027.

Classificação e mensuração de instrumentos financeiros

A Resolução CMN nº 4.966/21 trouxe mudanças significativas na classificação e na mensuração de ativos financeiros, substituindo as categorias anteriores - “Negociação”, “Disponíveis para Venda” e “Mantidos até o Vencimento” - por três novas classificações aplicáveis a todos os ativos financeiros:

Custo Amortizado (CA): destinado a ativos mantidos com o propósito de receber exclusivamente os fluxos de caixa contratuais (pagamentos de principal e juros). Esta categoria engloba ativos anteriormente classificados como “Mantidos até o Vencimento”, parte dos “Disponíveis para Venda”, operações de crédito e outros créditos.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): destinado a ativos financeiros mantidos com objetivos mistos de recebimento de fluxos contratuais e venda. Em 30 de junho de 2025, o Banco Original não possuía ativos classificados nesta categoria.

Valor Justo por meio do Resultado (VJR): aplicável a ativos que não se enquadram nas demais categorias, como derivativos, instrumentos patrimoniais e ativos anteriormente registrados como “Negociação”.

A definição da categoria adequada para cada ativo considera dois critérios:

Modelo de negócios: reflete a forma como os instrumentos financeiros são administrados para gerar resultados operacionais e fluxos de caixa, independentemente da intenção específica sobre cada ativo.

Características dos fluxos de caixa: os pagamentos precisam ser, exclusivamente, de principal e juros para que o ativo seja classificado no CA ou VJORA.

Os passivos financeiros permanecem sendo mensurados pelo custo amortizado, com exceção dos derivativos, que são registrados a valor justo por meio do resultado.

Os ativos mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes utilizam o método dos juros efetivos para cálculo de receitas ou despesas financeiras, considerando os custos de transação relevantes. Para operações classificadas no CA que apresentam características de concessão de crédito, foi adotada metodologia específica para o reconhecimento das receitas e despesas correspondentes.

Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

O novo modelo de provisão para perdas esperadas, conforme exigido pela Resolução CMN nº 4.966/21, é fundamentado em informações prospectivas e estabelece três estágios para a mensuração:

Estágio 1: aplica-se a instrumentos que não apresentaram aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Nestes casos, estima-se a perda esperada para os próximos 12 meses. O Banco optou por não adotar a faculdade de considerar a perda esperada ao longo da vida nessas situações.

Estágio 2: refere-se a ativos cujo risco de crédito aumentou de forma significativa desde o reconhecimento inicial. A perda esperada é calculada considerando todo o prazo de vida do instrumento.

Estágio 3: abrange ativos com evidência objetiva de deterioração de crédito, como atrasos superiores a 90 dias ou outros sinais de inadimplência. Nessa etapa, o reconhecimento de receita de juros é feito com base no regime de caixa.

Os instrumentos podem migrar entre os estágios conforme a evolução do risco de crédito. Durante a transição para o novo modelo, o Banco optou por não reconhecer receitas de juros para operações com atraso superior a 60 dias, mesmo que não se enquadrassem como ativos problemáticos.

Visando proporcionar maior clareza e transparência na leitura das demonstrações financeiras individuais, foram incorporadas informações complementares ao Balanço Patrimonial e à Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, apresentando os saldos de 31 de dezembro de 2024 ajustados de acordo com os novos critérios contábeis adotados.

Mais detalhes sobre os impactos da adoção das novas normas estão apresentados nas seções seguintes.

	31/12/2024	Impactos		01/01/2025
	Saldo	Resolução	Classificação	Saldo
	divulgado	CMN 4.966/21		reclassificado
Ativo				
Disponibilidades	191.743	–		191.743
Aplicações interfinanceiras de liquidez	639.644	(3)	CA	639.641
Títulos e valores mobiliários	7.954.475	26.868		7.981.343
Títulos para negociação	1.958.654	41.851	VJR	2.000.505
Títulos disponíveis para venda	3.520.136	(3.520.136)		–
Títulos mantidos até o vencimento	2.475.685	3.506.448	CA	5.982.133
(Provisão para perda de crédito esperada)	–	(1.295)		(1.295)
Derivativos	212.828	–	VJR	212.828
Relações interfinanceiras	966.339	(135)	CA	966.204
Carteira de crédito	13.610.355	(1.338.378)		12.271.977
Operações de crédito	11.341.047	15	CA	11.341.062
Outros créditos com características de concessão de crédito	3.817.316	–	CA	3.817.316
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(1.548.008)	(1.338.393)		(2.886.401)
Outros ativos financeiros	13.340	90.829		104.169
Ativos fiscais	3.148.702	601.975		3.750.677
Investimentos	131.981	(3.329)		128.652
Imobilizado	30.710	–		30.710
Intangível	11.006	–		11.006
Outros ativos	644.832	(90.845)		553.987
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	(4.230)	–		(4.230)
Total do ativo	<u>27.551.725</u>	<u>(713.018)</u>		<u>26.838.707</u>
Passivo e patrimônio líquido				
Depósitos	16.212.942	–	CA	16.212.942
Recursos de aceites e emissão de títulos	7.992.978	–	CA	7.992.978
Derivativos	274.909	–	VJR	274.909
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	951.207	–	CA	951.207
Outros passivos financeiros	44.377	(42.216)	CA	2.161
Passivos fiscais	51.631	13.394		65.025
Provisões	125.063	49.119		174.182
Outros passivos	167.855	(12.338)		155.517
Patrimônio líquido	<u>1.730.763</u>	<u>(720.977)</u>		<u>1.009.786</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>27.551.725</u>	<u>(713.018)</u>		<u>26.838.707</u>

No que se refere às provisões de perda de crédito esperada dos instrumentos financeiros, o Banco Original apresenta o seguinte resumo das mudanças realizadas:

Instrumentos financeiros	31/12/2024			01/01/2025		
	Rating	Saldo contábil	Provisão para perda	Estágio	Saldo contábil	Provisão para perda de crédito esperada
Títulos e valores mobiliários				1	6.014.169	(1.295)
		7.954.475	–	2	–	–
				3	–	–
				N/A	1.940.306	–
	Total	7.954.475	–		7.954.475	(1.295)
Operações com característica de concessão de crédito	AA	6.357.603	–			
	A	5.601.606	(28.008)			
	B	407.888	(4.079)			
	C	437.004	(13.110)			
	D	351.697	(35.170)			
	E	407.550	(122.265)			
	F	323.929	(161.965)			
	G	321.380	(224.966)			
	H	958.445	(958.445)			
			1	11.596.138	(28.902)	
			2	621.875	(715)	
			3	2.940.365	(2.856.784)	
Total	15.167.102	(1.548.008)		15.158.378	(2.886.401)	
Compromisso de crédito, crédito a liberar e garantias financeiras prestadas				1	480.626	(890)
		480.626	2.995	2	–	–
				3	–	–
Total	480.626	2.995		480.626	(890)	

A mensuração de determinados ativos, passivos, receitas e despesas envolve o uso de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, os quais são periodicamente revisados pela Administração com base nas melhores informações disponíveis. Eventuais diferenças entre os valores estimados e os realizados serão reconhecidas nos resultados futuros, conforme o princípio da competência e em conformidade com o tratamento prospectivo previsto nas normas contábeis aplicáveis.

Os principais valores que possuem risco de gerar ajuste em períodos subsequentes são:

- Provisões - principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros;
- Determinados critérios de provisionamento para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- Expectativa de consumo de créditos tributários, conforme a estimativa de disponibilidade de lucro.

Exceto quando indicado, os valores apresentados nas demonstrações e respectivas notas explicativas possuem ajustes de arredondamento sendo, para cima se a primeira casa decimal for igual ou superior a 5 e para baixo quando inferior. Tais ajustes não ocasionam em distorções significativas às divulgações.

Na elaboração das demonstrações financeiras foi realizada a consolidação dos saldos da agência nas Ilhas Cayman.

Dependência no exterior	Ativos	Passivos	Patrimônio Líquido	Resultado
Banco Original Ilhas Cayman	2.953.689	2.768.600	173.720	11.369

Investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais

	Atividade	Capital social integralizado	Ações ordinárias e cotas	Participação total
Entidade coligada				
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.	Corretora de seguros	259.935	51.982.430	19,99%
PicPay Holdings Netherlands B.V.	Holding	1.739.916	200	9,50%
Entidades controladas				
Original Hub Ltda.	Prestação de serviços	9.450	3.450.000	99,99%

O valor total de ativos, passivos e resultado líquido das entidades avaliadas pelo método da equivalência patrimonial são:

	Ativo total	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Passivos contingentes	Outros resultados abrangentes	Resultado abrangente total
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.	13.312	1.143	(8.339)	34.321	–	(13.813)
Original Hub Ltda.	3.121	–	3.392	–	–	(271)
PicPay Holdings Netherlands B.V.	2.192.351	73.119	1.968.533	–	32.389	118.310

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração, em 25 de setembro de 2025.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas de forma consistente e uniforme são:

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o princípio da competência, ou seja, no período em que as receitas e despesas ocorrem, independentemente de recebimentos ou pagamentos.

As receitas e despesas de natureza financeira, incluindo efeitos das variações monetárias, são contabilizadas pelo critério pro rata dia.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, disponibilidades em moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos, mensurados e divulgados de acordo com as disposições estabelecidas pelas normas contábeis vigentes, emanadas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e demais órgãos reguladores, considerando as especificidades das operações conduzidas pelo Banco Original.

O reconhecimento inicial ocorre na data da contratação, ao valor justo da contraprestação recebida ou entregue, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis ao instrumento, exceto nos casos de ativos e passivos designados ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos instrumentos financeiros é definida com base no modelo de negócios adotado para a gestão dos ativos financeiros e nas características dos fluxos de caixa contratuais, conforme previsto na regulamentação vigente, podendo ser alocados nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros ao **custo amortizado (CA)**;
- Ativos financeiros ao **valor justo por meio do resultado (VJR)**;
- Ativos financeiros ao **valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**.

A baixa de ativos financeiros ocorre quando expiram os direitos contratuais aos fluxos de caixa, quando não há expectativa razoável de recuperação (com o devido reconhecimento de perda de crédito esperada), ou quando há transferência substancial dos riscos e benefícios do ativo.

Passivos financeiros deixam de ser reconhecidos quando extintos, seja por liquidação, cancelamento ou vencimento.

A mensuração subsequente é realizada conforme a categoria de classificação, sendo:

- **Valor justo:** calculado com base em hierarquia de precificação definida em três níveis, conforme grau de observação das variáveis utilizadas na mensuração; sendo:
 - **Nível 1:** preços cotados em mercados ativos para instrumentos idênticos;
 - **Nível 2:** preços observáveis de instrumentos similares em mercados ativos;
 - **Nível 3:** premissas internas e dados não observáveis, com uso de modelos próprios.
 - **Custo amortizado:** calculado utilizando o método dos juros efetivos, considerando receitas e despesas incrementais superiores a 1% do valor do contrato;
 - **Perda de crédito esperada:** A mensuração da perda de crédito esperada considera abordagem prospectiva baseada em modelos estatísticos, informações históricas, atuais e projeções macroeconômicas, utilizando abordagem de três estágios:
 - **Estágio 1:** ativos com risco de crédito não aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. A perda de crédito esperada é calculada considerando a inadimplência esperada nos próximos 12 meses;
 - **Estágio 2:** ativos cujo risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, mas ainda sem evidência objetiva de perda. A perda de crédito esperada é calculada com base na inadimplência esperada ao longo da vida do ativo;
 - **Estágio 3:** ativos com evidência objetiva de perda, sendo reconhecida perda esperada integral com base na inadimplência ao longo da vida do instrumento. Nesses casos, o reconhecimento de receita de juros é feito com base no valor contábil líquido (após provisão). A identificação do estágio é reavaliada periodicamente, considerando fatores como atraso, reestruturações contratuais, ratings internos, informações externas de inadimplência e demais variáveis pertinentes.
- Para ativos com evidência objetiva de perda de crédito ou atraso superior a 90 dias, o reconhecimento de juros passa a ocorrer pelo critério de caixa.
- A baixa de ativos financeiros ocorre na data da negociação quando:
- expiram os direitos contratuais sobre os fluxos de caixa;
 - há transferência substancial dos riscos e benefícios do ativo; ou
 - não há expectativa razoável de recuperação, situação em que se aplica a baixa contra a provisão.
- Os passivos financeiros são baixados quando liquidados, cancelados ou vencidos.

c.1) Derivativos e uso de *hedge* contábil

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não. Os derivativos utilizados para proteger exposições de risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros que sejam altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e considerado efetivo na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como *hedge* de acordo com sua natureza:

- **Hedge de risco de mercado:** Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado;

• **Hedge de investimento no exterior e hedge de fluxo de caixa:** A parcela efetiva de hedge dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, é contabilizada pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos, quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido. A parcela não efetiva é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

d) Tributos

A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social é composta por tributos correntes, os quais são recuperados ou pagos no período aplicável, e diferidos, representado pelos ativos e os passivos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos, no final de cada período.

A provisão para IRPJ é constituída com base no lucro real, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% ao que exceder a R\$ 240 mil no exercício fiscal.

A provisão para CSLL é calculada sobre o lucro líquido contábil ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei, à alíquota de 20%.

O PIS (0,65%) e a COFINS (4%) são calculados sobre receitas financeiras e registradas em despesas tributárias.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e adições temporárias são registrados na rubrica Ativos diferidos. As obrigações fiscais diferidas são registradas na rubrica Passivos diferidos.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizados pela Administração.

Em novembro de 2022, foi publicada a Lei nº 14.467, que alterou significativamente o tratamento fiscal aplicável às perdas com créditos inadimplidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As disposições dessa lei passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2025, revogando os dispositivos anteriores sobre o tema, especialmente aqueles previstos na Lei nº 9.430/1996.

O novo marco regulatório buscou promover maior convergência entre os critérios fiscais e contábeis de apuração de perdas em operações de crédito, com o objetivo de refletir de forma mais fiel a realidade econômica e reduzir as assimetrias entre lucro contábil e base de cálculo do IRPJ e da CSLL.

Reconhecimento da inadimplência

A partir da entrada em vigor da nova norma, os créditos passaram a ser considerados inadimplentes, para fins de dedutibilidade fiscal, após 90 dias de atraso no pagamento do principal ou dos encargos contratuais, independentemente da data de contratação.

As perdas dedutíveis passaram a ser apuradas mensalmente, com base na totalidade do saldo inadimplente, por meio da aplicação de dois fatores cumulativos:

- Um fator fixo, incidente no momento em que a operação completou 90 dias de atraso;
- Um fator adicional, progressivo, conforme o tempo decorrido desde o reconhecimento da inadimplência.

Tais fatores, definidos por norma da Receita Federal, foram aplicados sobre o saldo bruto da operação, descontando-se os valores já deduzidos em períodos anteriores.

Tratamento de encargos em atraso

As receitas relativas a encargos financeiros reconhecidos contabilmente em operações inadimplentes - incluindo aquelas submetidas à falência ou à recuperação judicial - passaram a ser excluídas da base de cálculo do IRPJ e da CSLL. Caso tais valores tenham sido efetivamente recebidos, foram incluídos na base tributável no momento do recebimento.

Recuperações posteriores

Recuperações de créditos anteriormente baixados como perda dedutível passaram a ser adicionadas ao lucro tributável no momento do efetivo recebimento, independentemente da forma de recuperação - pagamento, novação, execução de garantias ou outras modalidades.

Limitações para créditos com partes relacionadas

A legislação também ampliou as hipóteses de vedação à dedutibilidade fiscal de perdas com operações realizadas com partes relacionadas, incluindo:

- Sócios, administradores, controladores e respectivos cônjuges ou parentes até o segundo grau;
- Pessoas físicas com participação relevante no capital da instituição;
- Empresas sob controle comum, coligadas ou com influência significativa;
- Pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no exterior.

Nesses casos, ainda que as perdas tenham sido registradas contabilmente, sua dedução fiscal foi vedada.

Ativos fiscais diferidos

Os ativos fiscais diferidos oriundos de perdas com créditos inadimplidos reconhecidos até 31 de dezembro de 2024 foram preservados. Contudo, sua realização fiscal passará a ocorrer de forma parcelada, a partir de janeiro de 2026, mediante dedução em frações mensais uniformes, ao longo de sete ou dez anos, conforme o enquadramento legal.

e) Provisões, ativos contingentes e passivos contingentes

A preparação das demonstrações financeiras exige que a administração utilize estimativas e premissas relativas a contingências que afetam o valor dos ativos, passivos, receitas e despesas no período de reporte corrente. Em particular da a incerteza de natureza fiscal na legislação tributária brasileira, a determinação dos passivos tributários exige que a administração exerça julgamento, e o resultado após a realização pode diferir das estimativas.

A Companhia e suas subsidiárias estão sujeitas a processos trabalhistas, cíveis, tributários, previdenciários e outros. A administração deve estimar a probabilidade de quaisquer resultados adversos desses processos, bem como as perdas prováveis associadas a essas questões.

As provisões são reconhecidas como passivos, em despesas administrativas e encargos em resultados financeiros, quando as perdas são consideradas prováveis; ou seja, quando é provável que uma saída de recursos seja necessária e o valor pode ser mensurado com segurança.

Quando a existência de uma obrigação presente não é considerada provável, a Companhia divulga passivos contingentes exceto nos casos em que a possibilidade de uma saída de recursos é remota, casos em que nenhuma provisão ou divulgação é exigida.

A companhia é parte em processos judiciais e administrativos, predominantes no Brasil. A análise de probabilidade de perda nesses processos leva em consideração as evidências disponíveis legais, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e relevantes, bem como a opinião dos advogados internos. As provisões são ajustadas pela inflação e registradas no resultado financeiro líquido (receitas/despesas). O prazo médio estimado para a conclusão dos processos é de aproximadamente 2,5 anos para processos trabalhistas, 4 anos para processos cíveis e entre 5 e 10 anos para processos tributários e previdenciários.

f) Provisões para redução ao valor recuperável de ativos

É reconhecido como perda o valor de um ativo quando seu valor contábil excede seu valor recuperável.

As perdas com *impairment*, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são revisados periodicamente, no mínimo uma vez ao ano, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização desses ativos.

g) Resultado líquido por ação

O resultado líquido por ação é calculado pela divisão do resultado líquido atribuído aos controladores do Original pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em cada exercício.

h) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Resultado não recorrente está relacionado com as atividades atípicas da instituição e não há previsão de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

i) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de sua emissão, sendo divulgados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 24 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, conforme com a Resolução CMN 4.818.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2025
Disponibilidades	19.327
Em moedas estrangeiras	19.131
Em moeda nacional	196
Aplicações em moedas estrangeiras	137.488
Total	156.815

5. Ativos financeiros

5.1. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	30/06/2025 Total
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado			
Aplicações no mercado aberto			
Aplicações em depósitos interfinanceiros	610.234	22.492	632.726
Aplicações em moedas estrangeiras	137.505	–	137.505
Perda esperada associada ao risco de crédito	(114)	–	(114)
Total	747.625	22.492	770.117

	01/01 a 30/06/2025
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	
Rendas de aplic. em op. compromissadas - Posição Bancada	1.228
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	37.809
Rendas de aplicações voluntárias no Banco Central	125.618
Total	164.655

5.2. Títulos e valores mobiliários

a) Resumo da carteira por categorias

	Valor contábil bruto	Perda de crédito esperada	Ajuste ao valor justo	Ajuste de hedge de valor justo	30/06/2025 Saldo contábil
Custo amortizado (CA)	7.274.650	(512)	–	2.094	7.276.232
Valor justo por meio do resultado (VJR)	3.079.154	–	39.672	–	3.118.826
Total	10.353.804	(512)	39.672	2.094	10.395.058
Circulante					5.984.923
Não circulante					4.410.135

b) Resumo da carteira por categoria e tipo de papel

	Carteira própria	Compromissos de recompra	Vinculados a		30/06/2025 Total
			Prestação de garantias	Banco Central do Brasil	
Custo amortizado (CA)	5.858.428	543.907	809.376	64.521	7.276.232
Títulos públicos	1.974.868	543.907	809.376	64.521	3.392.672
Títulos privados	3.883.560	–	–	–	3.883.560
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	8.385	–	–	–	8.385
Notas comerciais - NC	3.848.541	–	–	–	3.848.541
Debêntures	27.146	–	–	–	27.146
Perda de crédito esperada	(512)	–	–	–	(512)
Valor justo por meio do resultado (VJR)	3.074.245	–	44.581	–	3.118.826
Títulos públicos	651.944	–	–	–	651.944
Fundos de investimentos	2.422.301	–	44.581	–	2.466.882
Total	8.932.673	543.907	853.957	64.521	10.395.058
Circulante					5.984.924
Não circulante					4.410.134

Os títulos públicos encontram-se custodiados no SELIC, os títulos privados na B3.

O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) ou está representado pelas taxas divulgadas pela B3, ou agentes de mercado, quando necessário.

c) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	01/01 a 30/06/2025
Rendas de títulos de renda fixa - Títulos privados	82.670
Rendas de títulos de renda fixa - Títulos públicos	346.558
Rendas de aplicações em fundos de investimento	73.319
Lucros/(Prejuízo) com títulos de renda fixa	(1.674)
Total	500.873

5.3. Instrumentos financeiros derivativos

A determinação dos valores de mercado de instrumentos financeiros derivativos é realizada de forma diária e baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas e, em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação.

Premissas para determinação de preços de mercado:

- **Futuros e Opções padronizadas** - Cotações em bolsas;
- **Swaps e NDF (Non Deliverable Forward)** - O fluxo de caixa de cada uma de suas partes é descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da B3.

Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor de mercado e seus valores referenciais notional e estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

a) Composição de instrumentos financeiros derivativos por indexador

	Futuros	Opções	Swaps	NDF	Câmbio	30/06/2025 Total
Juros						
Valor de referência	20.393.784	–	3.195.847	3.950.291	–	27.539.922
Valor justo - ativo	–	–	73.024	156.933	–	229.957
Valor justo - passivo	–	–	(38.615)	(10.776)	–	(49.391)
Moeda Estrangeira						
Valor de referência	2.165.831	3.341.145	2.609.831	5.284	10.021	8.132.112
Valor justo - ativo	–	625	180.891	45	230	181.791
Valor justo - passivo	–	(157.870)	(344)	–	–	(158.214)

b) Composição de instrumentos financeiros derivativos por vencimento

	Futuros	Opções	Swaps	NDF	Câmbio	30/06/2025 Total
Por valor de referência						
0 - 30	3.071.401	1.132.887	641.502	2.042.382	10.021	6.898.193
31 - 90	3.534.079	158.500	655.943	1.197.006	–	5.545.528
91 - 365	3.017.565	1.486.195	2.655.315	693.067	–	7.852.142
366 - 720	3.770.196	533.813	1.030.764	–	–	5.334.773
Acima de 721 dias	9.166.374	29.750	822.154	23.120	–	10.041.398
Total	22.559.615	3.341.145	5.805.678	3.955.575	10.021	35.672.034
Por valor justo - Ativo						
0 - 30	–	457	50.636	67.068	230	118.391
31 - 90	–	168	22.239	59.221	–	81.628
91 - 365	–	–	140.686	30.689	–	171.375
366 - 720	–	–	24.813	–	–	24.813
Acima de 721 dias	–	–	15.541	–	–	15.541
Total	–	625	253.915	156.978	230	411.748
Por valor justo - Passivo						
0 - 30	–	(41.590)	(1.243)	(6.504)	–	(49.337)
31 - 90	–	(8.634)	(1.815)	(3.338)	–	(13.787)
91 - 365	–	(79.924)	(12.659)	(124)	–	(92.707)
366 - 720	–	(26.372)	(9.230)	–	–	(35.602)
Acima de 721 dias	–	(1.350)	(14.012)	(810)	–	(16.172)
Total	–	(157.870)	(38.959)	(10.776)	–	(207.605)

Em 30 de junho de 2025, o Banco Original reconheceu o risco de crédito próprio (DVA) de R\$83 em operações de swap e de R\$14 em operações de NDF, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida de Outros resultados abrangentes no Patrimônio líquido.

c) Resultado com instrumentos financeiros derivativos e câmbio

	01/01 a 30/06/2025
NDF	446.932
Swap	81.731
Opções	(83.034)
Futuros	309.306
Câmbio	(5.067)
Total	<u>749.868</u>

d) Tipos de margem oferecida em garantia para instrumentos financeiros derivativos

	30/06/2025
Títulos públicos	
Notas do tesouro nacional	602.066
Letras do tesouro nacional	207.922
Total	<u>809.988</u>

e) Hedge de investimento líquido no exterior

O Original contrata instrumentos derivativos na gestão de riscos da variação cambial do seu investimento em agência nas Ilhas Cayman, cuja moeda de suas operações é o dólar e documenta a relação entre instrumento de hedge desse investimento, bem como os testes de efetividade de forma contínua.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos têm seu componente eficaz contabilizado no patrimônio líquido e o componente ineficaz no resultado. No semestre findo em 31 de junho de 2025, o valor eficaz foi de R\$ 17.357 negativo líquido dos efeitos tributários.

f) Hedge de risco de mercado

Todo derivativo deve ser marcado a mercado com os efeitos levados ao resultado. Todavia, isso pode não ser simétrico com o reconhecimento de ganhos e perdas no objeto de *hedge*. Para mitigar os eventuais impactos o Banco Original realiza *Hedge Accounting*, que tem por finalidade equalizar o reconhecimento de ganhos e perdas no resultado ou patrimônio, tanto do derivativo como do objeto de *hedge*, de acordo o tipo de *hedge accounting* realizado. Portanto, o principal objetivo do *hedge accounting* é evitar a volatilidade de resultado no balanço e proteger economicamente a instituição quanto as possíveis oscilações causadas por oscilações de taxas de juros.

A efetividade das estruturas de *hedge accounting* deve ser comprovada desde a concepção e ao decorrer da operação, ao realizar testes prospectivos e retrospectivos, conforme descrito na regulamentação aplicável.

- Teste Prospectivo: possui o objetivo de comprovar a relação econômica entre o item protegido (objeto) e o instrumento de *hedge*. Utiliza-se de DV01 para demonstrar que o instrumento e o objeto do hedge variam de forma diretamente proporcional em relação à variação à taxa de juros (nominais e reais) e em direções opostas, apresentando a relação econômica na relação de proteção.

- **Teste Retrospectivo:** verifica o desempenho passado de cada estrutura, a partir dos valores a mercado apurados no mínimo mensalmente, no fechamento das demonstrações financeiras.

A estrutura de *hedge accounting* poderá ser descontinuada prospectivamente caso i) o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, terminado o exercido; ii) o *hedge* deixe de satisfazer as condições de efetividade; e iii) seja revogada a designação. A descontinuidade prospectiva se dará de forma a não se apurar a variação do ajuste ao valor justo do mês em que ocorreu a inefetividade e apropriar ao longo da vida das operações de objeto de *hedge* o ajuste ao valor justo acumulado até o último período em que as condições de efetividade foram satisfeitas.

Em 30 de junho de 2025 o Banco Original possui as seguintes estruturas de *hedge* vigentes:

i. Estrutura de Hedge Pré

O *hedge accounting* do fator de risco PRÉ é formado por passivos pré-fixados, divididos em duas estruturas:

a) instrumentos de dívida elegíveis a capital, emitidos pelo Banco Original entre os meses de fevereiro e abril de 2022, com vencimentos previstos superiores a 10 anos. As emissões citadas são o objeto de *hedge* da estrutura vigente.

b) passivos pré-fixados, com vencimento determinado, emitidos nas principais plataformas de distribuidores. Estão elegíveis os produtos certificado de depósito bancário, Letras de crédito imobiliária, Letras de crédito do agronegócio, depósito a prazo com garantia especial e letras financeiras.

Instrumentos de *hedge* utilizados em ambas as estruturas são contratos de DI1 negociados na B3, registrados no Original e identificados, na sua origem, como pertencentes à estratégia de *hedge accounting*.

A estratégia de *hedge* adotada se enquadra em um *hedge* de risco de mercado, uma vez que os instrumentos financeiros derivativos, futuros de DI1, se destinam a compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado dos instrumentos de dívida elegíveis a capital.

O *hedge* é contratado de modo a contrapor a exposição total ao risco de mercado, procurando obter o casamento mais próximo possível de prazos e volumes.

ii. Estrutura de Hedge Cupom Cambial

As operações de crédito e operações de passivos em moeda estrangeira abrem exposição a taxa de juros referencial em USD, denominada cupom cambial, que representa o efeito de custo oportunidade entre a taxa de juros de referência (DI) e a variação cambial decorrente da indexação em moeda estrangeira (USD). Esta exposição é mitigada com a utilização de contratos futuros de DDI. Desta forma, a estrutura de *hedge* protege o Banco da variação do diferencial Dólar-DI (taxa de juro referenciada em dólar), expresso em taxa de juros.

A estratégia de *hedge* adotada se enquadra em um *hedge* de risco de mercado uma vez que os instrumentos financeiros derivativos, futuro de DDI, são contratados a compensar a variação no valor de mercado do risco protegido.

Teste de efetividade

	Ajuste ao valor justo		Efetividade	Small numbers		Efetividade
	Objeto	Instrumento	retrospectiva	<2,5%	<0,5%	prospectiva
Hedge pré - LFS	221.125	(224.176)	-101,38%			99,30%
Hedge pré - Passivos	59.183	(59.842)	-101,11%			101,15%
Hedge pré - LFSC	(1.489)	396	-26,61%	0,96%	30,40%	99,12%
Hedge pré - LTN	2.094	(2.094)	-100,00%			100,00%
Hedge cupom cambial ativo	19.120	(17.590)	-92,00%			100,00%
Hedge cupom cambial passivo	82	(132)	-160,66%			100,00%

6. Operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito

a) Composição da carteira de operações de crédito

	Saldo contratual	Perda incorrida	Perda esperada	Ajuste de hedge de valor justo	30/06/2025
Adiantamentos a depositantes	24	(20)	(2)	–	2
Empréstimos	9.096.534	(1.150.963)	(1.369.300)	16.829	6.593.100
Direitos creditórios descontados	431	–	(2)	–	429
Financiamentos a exportação	508.254	–	(13.008)	2.292	497.538
Financiamentos a importação	24.605	–	(88)	–	24.517
Financiamentos rurais - recursos direcionados LCA	1.183.829	–	(1.359)	–	1.182.470
Financiamentos imobiliários - não residenciais	566.340	–	(2.556)	–	563.784
Financiamentos imobiliários - residenciais	94	–	(48)	–	46
Total	11.380.111	(1.150.983)	(1.386.363)	19.121	8.861.886
Circulante	6.496.747				
Não circulante	4.883.364				

b) Composição da carteira de outras operações com características de concessão de crédito

	Saldo contratual	Perda incorrida	Perda esperada	30/06/2025
Títulos com característica de concessão de crédito	4.029.542	(20.004)	(22.202)	3.987.336
Créditos por venda a prazo de ativos não financeiro	26.138	–	(63)	26.075
Outras operações com característica de concessão de crédito	1.362.412	–	(191)	1.362.221
Total	5.418.092	(20.004)	(22.456)	5.375.632

c) Classificação por estágios de risco de crédito

				30/06/2025 Valor contábil bruto
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	
Operações de crédito	8.552.717	189.043	2.638.351	11.380.111
Outras operações com características de concessão de crédito	5.206.377	176.714	35.001	5.418.092
Compromissos de crédito e créditos a liberar	273.304	–	–	273.304
Garantias financeiras prestadas	517.675	–	–	517.675
Total	14.550.073	365.757	2.673.352	17.589.182

c.1) Valor contábil bruto por estágios

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3
Saldo em 01/01/2025	11.596.138	621.875	2.940.365
Transferência para Estágio 2	(222.355)	222.355	–
Transferência para Estágio 3 (1)	(12.575)	–	12.575
Transferência do Estágio 2	–	(163)	163
Transferência do Estágio 3	7	3.228	(3.235)
Aquisição/(Liquidação)	3.188.858	(481.538)	(31.380)
Write Off	–	–	(245.136)
Saldo em 30/06/2025	14.550.073	365.757	2.673.352

Do saldo total dos 3 estágios, R\$ 4.079.450 são operações renegociadas das quais 59,1% referem-se às operações reestruturadas.

c.2) Perda de crédito esperada por estágios

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3
Saldo em 01/01/2025	(28.902)	(715)	(2.856.784)
Transferência para Estágio 2	553	(553)	–
Transferência para Estágio 3 (1)	716	–	14.008
Transferência do Estágio 2	–	3	(3)
Transferência do Estágio 3	(7)	(1.711)	1.718
Aquisição/(Liquidação)	(1.725)	(605)	49.223
Write Off	–	–	244.562
Saldo em 30/06/2025	(29.365)	(3.581)	(2.547.276)

d) Garantias financeiras prestadas

	Valor atualizado	30/06/2025 Perda esperada
Aval ou fiança em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	517.675	(416)

e) Rendas de operações de crédito

	01/01 a 30/06/2025
Rendas de adiantamentos a depositantes	8
Rendas de empréstimos	915.575
Rendas de direitos creditórios descontados	15.757
Rendas de financiamentos à exportação	(454.361)
Rendas de financ. rurais - aplic. c/recursos direcionados de LCA	76.649
Rendas de financiamentos de empreendimentos imobiliários	38.867
Rendas de financiamentos habitacionais	11
Total	<u>592.506</u>

f) Rendas de outras operações com características de crédito

	01/01 a 30/06/2025
Créditos por venda a prazo de ativos não financeiros	<u>1.321</u>
Total	<u>1.321</u>

7. Outros ativos e passivos

a) Outros ativos financeiros

	30/06/2025
Créditos vinculados no Banco Central	1.300.737
Devedores por depósitos em garantia - cíveis, fiscais e trabalhistas	39.693
Valores a receber de sociedades ligadas	<u>68.946</u>
Total	<u>1.409.376</u>

b) Outros ativos não financeiros

	30/06/2025
Relações interdependências - Numerário em trânsito	454
Comissões sobre avais, fianças e outras coobrigações a receber	5.096
Serviços prestados a receber	26
Negociação e intermediação de valores - Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar	94.277
Adiantamentos e antecipações salariais	2.684
Adiantamentos para pagamentos por conta da Instituição	329
Devedores diversos país	6.665
Despesas pagas antecipadamente	389
Outros valores e bens - Ativos não financeiros mantidos para venda recebidos ⁽¹⁾	526.031
Provisão para desvalorização de ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos	<u>(7.498)</u>
Total	<u>628.453</u>

⁽¹⁾ Refere-se aos ativos não financeiros (imóveis) recebidos em liquidação de instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução não destinados ao uso próprio.

c) Outros passivos financeiros

	30/06/2025
Relações interfinanceiras - Outros sistemas de liquidação	(44)
Valores a pagar a sociedades ligadas	<u>(317)</u>
Total	<u>(361)</u>

d) Outros passivos não financeiros

	30/06/2025
Cobrança e arrecad. de tributos e assemelhados - IOF a recolher	(5.238)
Sociais e estatutárias - Gratificações e participações a pagar	(60)
Negociação e intermediação de valores - Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar	(46.139)
Valores a pagar em moeda estrangeira	(1.955)
Saldo credor em investimento (d.1)	(4.429)
Despesas de pessoal	(14.028)
Outras despesas administrativas	(1.194)
Credores diversos - País ⁽¹⁾	(44.226)
Receitas a apropriar	(11.436)
Outros passivos	<u>(91)</u>
Total	<u>(128.796)</u>

⁽¹⁾ Refere-se ao registro das responsabilidades da instituição perante pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no País.

d.1) Saldo credor em investimento

	Sede	Moeda funcional	31/12/2024 Valor do investimento	Movimentação de 01/01 a 30/06/2025		30/06/2025 Valor do investimento
				Equivalência patrimonial	Aportes de capital e outros eventos	
Coligada						
Original						
Corporate						
Corretora de Seguros Ltda.	Brasil	Real	(3.329)	(2.762)	1.662	(4.429)

8. Investimentos

a) Investimentos em participação em coligadas e controladas

			Movimentação de 01/01 a 30/06/2025			
	Sede	Moeda funcional	31/12/2024 Valor do investimento	Equivalência patrimonial	Aportes de capital e outros eventos	30/06/2025 Valor do investimento
Coligada						
PicPay Holdings Netherlands B.V.	Holanda	Real	128.588	8.438	54.565	191.591
Controladas						
Original Hub Ltda.	Brasil	Real	3.393	(272)	–	3.121
Total			131.981	8.166	54.565	194.712

Em 30 de junho de 2025 foi apurado passivo a descoberto para o investimento na empresa Original Corporate Corretora de Seguros Ltda., sendo o montante apresentado na nota explicativa 7.d.1 Outros passivos não financeiros - Saldo credor em investimento.

9. Imobilizado

a) Composição

	Custo	Depreciação	30/06/2025
Sistemas de processamento de dados	11.447	(10.564)	883
Instalações, móveis e equipamentos de uso	5.537	(2.858)	2.679
Sistemas de segurança e comunicações	480	(443)	37
Total	17.464	(13.865)	3.599

b) Movimentação

		Movimentação de 01/01 a 30/06/2025			
	31/12/2024	Aquisições	Baixas	Depreciação	30/06/2025
Sistemas de processamento de dados	7.806	182	(3.310)	(3.795)	883
Instalações, móveis e equipamentos de uso	22.700	207	(18.056)	(2.172)	2.679
Sistemas de segurança e comunicações	204	–	(70)	(97)	37
Total	30.710	389	(21.436)	(6.064)	3.599

Durante o primeiro semestre de 2025, o Banco Original S.A. realizou a alienação de ativos classificados no imobilizado, compreendendo Sistemas de Processamento de Dados, Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso e Sistemas de Segurança e Comunicações, no valor total de R\$ 21.344. A alienação foi registrada com base no valor de venda acordado entre as partes, o qual foi superior ao valor contábil líquido dos ativos, resultando em um ganho de R\$ 19.961, reconhecido na demonstração do resultado do período, em conformidade com o disposto no item 68 do CPC 27 - Ativo Imobilizado.

A operação está inserida no contexto da reestruturação societária e estratégica entre o Banco Original e o PicPay, que até outubro de 2024 integravam o mesmo Conglomerado Prudencial, sob supervisão do Banco Central do Brasil. Durante esse período, os ativos imobilizados em questão eram utilizados de forma compartilhada entre as instituições, com o objetivo de otimizar os recursos operacionais.

Em decorrência da decisão de segregação do Conglomerado Prudencial e da consequente necessidade de estruturação independente das operações das entidades, foi identificada a necessidade de transferir à PicPay ativos essenciais à continuidade de suas atividades. Para isso, foi celebrado um “Contrato de Compra e Venda”, visando à formalização da transferência patrimonial de forma clara, objetiva e transparente. Os ativos alienados estavam livres e desembaraçados de quaisquer ônus, dívidas ou gravames.

A transação foi realizada em condições de mercado, assegurando a adequada mensuração dos ativos pelo valor justo, em conformidade com os princípios contábeis aplicáveis e com os critérios previstos no Manual do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - Cosif, e reflete o alinhamento estratégico das instituições no novo contexto societário.

10. Intangível

a) Composição

	Custo	Amortização	30/06/2025
Software	981.193	(981.193)	–
Licenças de uso	325.275	(317.214)	8.061
Total	1.306.468	(1.298.407)	8.061

b) Movimentação

	Movimentação de 01/01 a 30/06/2025				30/06/2025
	31/12/2024	Aquisições	Baixas	Amortização	
Licenças de uso	11.006	1.867	–	(4.812)	8.061
Total	11.006	1.867	–	(4.812)	8.061

11. Passivos financeiros ao custo amortizado

a) Depósitos

	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	30/06/2025
Depósitos à vista	86.682	–	–	–	86.682
Pessoas físicas	9.078	–	–	–	9.078
Pessoas jurídicas	27.282	–	–	–	27.282
Pessoas jurídicas ligadas	14.674	–	–	–	14.674
Vinculados	9.169	–	–	–	9.169
Saldos credores em empréstimos e financiamentos	26.479	–	–	–	26.479
Depósitos interfinanceiros	–	–	612.843	–	612.843
Depósitos a prazo	–	2.496.824	4.975.526	11.585.185	19.057.535
Em moeda nacional	–	799.911	3.903.839	11.585.185	16.288.935
Em moeda estrangeira	–	1.696.913	1.071.687	–	2.768.600
Total	86.682	2.496.824	5.588.369	11.585.185	19.757.060

CDB são emitidos com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 70% e 158% do DI; em operações prefixadas entre 6,92% e 17,36% a.a.; e em operações híbridas, sendo 100% do IPCA mais taxa prefixada entre 4,10% e 7,35% a.a..

b) Captações no mercado aberto

	Até 3 meses	30/06/2025
Carteira própria		
Títulos públicos	500.000	500.000
Notas do Tesouro Nacional	500.000	500.000
Total	500.000	500.000

c) Recursos de aceites e emissão de títulos

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	30/06/2025
Letras crédito imobiliário - Não ligadas ⁽¹⁾	302.140	341.072	162.727	805.939
Letras crédito agronegócio - Não ligadas ⁽²⁾	645.492	4.281.657	2.339.604	7.266.753
Letras Financeiras ⁽³⁾	1.118	217.172	14.968	233.258
(+/-) Ajuste de hedge de valor justo	545	–	–	545
Total	949.295	4.839.901	2.517.299	8.306.495

⁽¹⁾ Taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 92% e 102% do DI. Em operações prefixadas, a taxa praticada varia entre 9,39% e 14,67% a.a.. Não havia saldo em operações híbridas indexadas ao IPCA mais taxa prefixada em 30 de junho de 2025.

⁽²⁾ Taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 94% e 127,5% do DI. Em operações prefixadas, a taxa praticada varia entre 9,35% e 15,00% a.a.. Em operação híbridas, indexadas ao IPCA mais taxa prefixada entre 4,80% e 5,38% a.a..

⁽³⁾ Taxas praticadas em operações prefixadas entre 11,86% e 22,10% a.a.. Taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 111,00% e 119,50% do DI. Não havia saldo em operações híbridas indexadas ao IPCA mais taxa prefixada em 30 de junho de 2025.

d) Instrumentos de dívida com cláusulas de subordinação

	Taxas praticadas	Vencimento	Valor emitido	30/06/2025 valor de mercado
Títulos de dívida elegíveis a capital				
Complementar autorizado	Prefixadas entre 18,29% e 18,40% a.a.	sem vencimento	559.717	621.940
Nível II Autorizado	Prefixadas entre 15,80% e 16,90% a.a.	entre 2032 e 2036	543.100	902.037
(+/-) Ajuste de hedge de valor justo				<u>(219.637)</u>
Total				<u>1.304.340</u>

e) Obrigações por empréstimos e por repasses

	De 3 a 12 meses	30/06/2025
Empréstimos no exterior		
Obrigações em moedas estrangeiras - Importação, até 360 dias	24.605	24.605
(+/-) Ajuste de hedge de valor justo	<u>(82)</u>	<u>(82)</u>
Total	<u>24.523</u>	<u>24.523</u>

f) Despesas de captação

	01/01 a 30/06/2025
Depósitos	(1.016.275)
Despesas de depósitos interfinanceiros - Ligadas	(15)
Despesas de depósitos interfinanceiros - Não ligadas	(38.019)
Despesas de depósitos a prazo - Ligadas	(71.421)
Despesas de depósitos a prazo - Não ligadas	(906.820)
Captações no mercado aberto	(42.681)
Operações compromissadas - Carteira própria	(42.681)
Recursos de aceites e emissão de títulos	(576.053)
Despesas de letras de crédito do agronegócio - LCA - Não ligadas	(435.343)
Despesas de letras imobiliárias - Ligadas	(7.060)
Despesas de letras imobiliárias - Não ligadas	(50.543)
Despesas de letras financeiras - Não ligadas	(83.107)
Instrumentos de Dívida com Cláusulas de Subordinação	(453.560)
Despesas de instrumentos com cláusulas de subordinação	(453.560)
Outras	(12.943)
Despesas de contrib. a fundo garantidor de créditos - Ordinária	<u>(12.943)</u>
Total	<u>(2.101.512)</u>

g) Despesas em operações de empréstimos e repasses

	01/01 a 30/06/2025
Despesas de obrigações com banqueiros no exterior	231.947
Total	<u>231.947</u>

12. Tributos

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	01/01 a 30/06/2025
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	15.248
Encargo total do IR e da CS às alíquotas vigentes	(6.862)
Efeito na apuração dos tributos	45.269
Resultado de participações em coligadas e controladas	(2.432)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	66.829
Ajuste ao valor de mercado dos instrumentos financeiros	(38.405)
Provisão para contingências cíveis e trabalhistas	(11.061)
Outros	30.338
Imposto de renda e contribuição social	38.407
Provisão para imposto de renda	21.338
Provisão para contribuição social	17.069
Ativos fiscal diferido - IR/CS	<u>(41.726)</u>
Total	<u>(3.319)</u>

b) Composição dos ativos correntes

	30/06/2025
Imposto de renda	12.193
Contribuição social	135
PIS	3.911
COFINS	2
Outros impostos ⁽¹⁾	7.384
Total	<u>23.625</u>

⁽¹⁾ Refere-se, basicamente, aos créditos previdenciários a compensar.

c) Composição dos ativos diferidos

	30/06/2025
Prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social	243.691
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	3.336.183
Provisão para contingências cíveis, trabalhistas, fiscais e previdenciárias	69.968
Outras diferenças temporárias no resultado	21.174
Subtotal	3.671.016
Outras diferenças temporárias no patrimônio líquido	17.379
Total	<u>3.688.395</u>

c.1) Movimentação dos ativos diferidos

	01/01 a 30/06/2025
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.128.146
Impactos da resolução CMN nº 4.966/21 em 01 de janeiro de 2025	601.975
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2025	3.730.121
Constituições	11.405
Realizações	<u>(53.131)</u>
Saldo final	<u>3.688.395</u>

d) Composição dos passivos correntes

	30/06/2025
Impostos e contribuições sobre salários	(4.308)
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	(482)
PIS a pagar	(235)
COFINS a pagar	(1.514)
Outros	<u>(381)</u>
Total	<u>(6.920)</u>

e) Composição dos passivos diferidos

	30/06/2025
Ajuste ao valor de mercado dos passivos financeiros e derivativos	<u>(9.093)</u>
Total	<u>(9.093)</u>

e.1) Movimentação dos passivos diferidos

	01/01 a 30/06/2025
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(38.179)
Impactos da Resolução CMN nº 4.966/21 em 01 de janeiro de 2025	(13.394)
Saldo inicial	(51.573)
Constituições	(243.602)
Realizações	<u>286.082</u>
Saldo final	<u>(9.093)</u>

f) Expectativa de realização dos ativos diferidos

	30/06/2025
2º semestre de 2025	363.219
2026	361.236
2027	359.075
2028	332.415
2029	313.400
2030	309.323
2031	321.577
2032	335.962
2033	353.493
2034 e 2035	<u>638.695</u>
Total dos ativos diferidos	<u>3.688.395</u>

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

g) Valor presente dos ativos diferidos

O valor presente dos ativos diferidos em 30 de junho de 2025, considerando a taxa de captação projetada, é de R\$ 2.254.321.

h) Despesas tributárias

	01/01 a 30/06/2025
Despesas de imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	(727)
Despesas de contribuição ao Cofins	(8.241)
Despesas de contribuição ao Pis/Pasep	<u>(1.339)</u>
Total	<u>(10.307)</u>

13. Provisões e outras obrigações com instrumentos financeiros

a) Composição

	30/06/2025
Provisão perdas esperadas créditos a liberar	14
Provisão perdas esperadas garantias financeiras prestadas	416
Provisões contingências trabalhistas	136.526
Provisões contingências cíveis	13.117
Provisão para participações nos lucros	<u>39.556</u>
	<u>189.629</u>

b) Contingências cíveis e trabalhistas

• **Provisões cíveis:** Basicamente, são ações movidas por clientes pleiteando revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, as quais são analisadas de forma individualizada. A provisão é constituída de acordo com a opinião técnica dos assessores jurídicos externos, sempre que a perda for avaliada como provável.

Para esses processos, em 30 de junho de 2025, havia o montante de R\$ 10.462 em depósitos judiciais.

• **Provisões trabalhistas:** Basicamente, são ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas. A provisão é constituída de acordo com a opinião técnica dos assessores jurídicos externos, sempre que a perda for avaliada como provável.

Para esses processos, em 30 de junho de 2025, havia o montante de R\$ 14.046 em depósitos judiciais.

O cenário de incerteza de duração dos processos e a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas. A previsão de consumo das provisões para passivos contingentes cíveis e trabalhistas é de até quatro anos.

b.1) Movimentação de passivos contingentes cíveis e trabalhistas

	01/01 a 30/06/2025	
	Cíveis	Trabalhistas
Saldo inicial	14.689	110.374
Constituição	727	26.152
Reversão	(2.299)	—
Saldo final	13.117	136.526

c) Passivos contingentes classificados como de risco de perda possível

São processos nas esferas cível, trabalhista e fiscal, classificados com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, mas divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

	30/06/2025
Processos cíveis	51.126
Processos trabalhistas	40.724
Processos fiscais	83.154
Total	175.004

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado é representado por 1.345.326.073 ações escriturais e sem valor nominal, sendo 922.663.037 ações ordinárias e 422.663.036 ações preferenciais.

Resumo dos aumentos de capital social do Banco Original ocorridos no 1º semestre de 2025:

Data da deliberação	Valor do aumento	Valor do capital social	Quantidade total de ações	Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Data da homologação BACEN
30/01/2025	110.000	5.190.001	1.302.826.073	901.413.037	401.413.036	21/02/2025
28/02/2025	30.000	5.220.001	1.310.326.073	905.163.037	405.163.036	17/03/2025
31/03/2025	35.000	5.255.001	1.319.076.073	909.538.037	409.538.036	14/04/2025
30/04/2025	45.000	5.300.001	1.330.326.073	915.163.037	415.163.036	25/06/2025
30/06/2025	60.000	5.360.001	1.345.326.073	922.663.037	422.663.036	03/07/2025
				Ordinárias	Preferenciais	30/06/2025
De domiciliados no país				3.670.098	1.689.903	5.360.001
Total				3.670.098	1.689.903	5.360.001

b) Reserva de lucros

b.1) Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% sobre o lucro do exercício, limitada a 20% do capital social. Poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital exceder 30% do capital social. Somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.

b.2) Reserva estatutária

A legislação vigente e o estatuto social facultam à Administração, no encerramento do período, propor que a parcela do lucro não destinada à reserva legal e não distribuída, caso exista, seja destinada para reserva estatutária, com a finalidade de fazer frente aos investimentos para expansão dos negócios. Além disso, poderá ser utilizada para distribuição de dividendos aos acionistas.

c) Dividendos/juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado o direito aos dividendos mínimos obrigatórios, podendo também ser distribuído sob a forma de juros sobre o capital próprio, correspondente a 25% do lucro do período, deduzida a parcela destinada a reserva legal. No semestre findo em 30 de junho de 2025 não foram deliberados dividendos ou juros sobre o capital próprio.

d) Outros resultados abrangentes

Refere-se ao ajuste ao valor justo líquido dos efeitos tributários relativo aos ativos financeiros (títulos públicos e privados) classificados como valor justo em outros resultados abrangentes (VJORA); ao risco de crédito próprio (DVA); e *swap* designado para *hedge* do capital da agência nas Ilhas Cayman.

15. Despesas de pessoal

	01/01 a 30/06/2025
Benefícios	(8.933)
Encargos sociais - FGTS	(3.889)
Encargos sociais - INSS	(12.708)
Despesas de pessoal - proventos	(64.739)
Treinamentos e Remuneração de estagiários	(205)
Total	<u>(90.474)</u>

16. Outras despesas administrativas

	01/01 a 30/06/2025
Despesas de aluguéis	(463)
Despesas de comunicações	(888)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(3.081)
Despesas de processamento de dados	(20.952)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(92.189)
Despesas de serviços de terceiros	(2.221)
Despesas honorários advocatícios	(10.225)
Despesas de serviços técnicos especializados	(1.118)
Despesas de transporte	(358)
Despesas tributárias	(1.503)
Despesas de viagem no país	(1.103)
Outras despesas administrativas	(18.087)
Indenizações cíveis	(11.607)
Despesas de amortização	(4.812)
Despesas de depreciação	(6.064)
Total	<u>(174.671)</u>

17. Outras receitas

	01/01 a 30/06/2025
Lucros em operações de venda ou de transferência de ativos financeiros - operações de crédito	41.769
Recuperação de encargos e despesas	18.615
Rendas de aplicações no exterior	1.714
Rendas de garantias prestadas	4.399
Reversão provisões para passivos contingentes cíveis	1.573
Reversão provisões passivas não associadas a risco de crédito	620
Outras rendas operacionais	35.224
Atualização impostos a compensar	714
Atualização depósitos judiciais	749
Total	<u>105.377</u>

18. Outras despesas

	01/01 a 30/06/2025
Despesas de descontos concedidos em renegociações	(25.560)
Despesa provisões para passivos contingentes trabalhistas	(26.153)
Despesa provisões para passivos contingentes fiscais	(2.528)
Outras despesas operacionais	(4.400)
Total	<u>(58.641)</u>

19. Partes relacionadas

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2025, os benefícios de curto prazo recebidos pelo pessoal-chave da Administração somaram R\$ 10.307.

Não houve pagamento de benefícios de rescisão e contrato de trabalho que consistem na utilização do plano de saúde de 2 a 9 meses após o desligamento no semestre findo em 30 de junho de 2025.

O Original não remunera seus administradores com benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e pagamento baseado em ações.

O Original não concedeu empréstimos ao pessoal-chave da Administração no semestre findo em 30 de junho de 2025.

O Original realiza transações bancárias com partes relacionadas, tais como depósitos remunerados e não remunerados e antecipação de recebíveis. Dentre as principais empresas do grupo J&F, destacamos o PicPay Bank S/A, a PicPay Instituição de Pagamento S/A, a Crednovo Sociedade de Empréstimos entre Pessoas S/A, a PicPay Invest DTVM Ltda., a JBS S/A, a JBS Aves Ltda., a Seara Comércio de Alimentos Ltda., a Flora Produtos de Higiene e Limpeza S/A, a Flora Distribuidora de Produtos de Higiene e Limpeza Ltda., PicS Ltda. e a J&F Investimentos S/A.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas no mercado, vigentes nas datas das operações. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

	Empresas do grupo J&F	Entidade controladora (1)	Entidades coligadas e controladas (2)	Pessoal chave da administração	Outras partes relacionadas	30/06/2025
Ativos						
Ativos financeiros	3.602.929	–	–	299	–	3.603.228
Outros ativos	47	68.909	1	–	–	68.957
Passivos						
Depósitos e demais instrumentos financeiros	3.706.247	2.796	2.687	21.563	22.966	3.756.259
Outros passivos	316	–	–	–	–	316
Resultado					01/01 a 30/06/2025	
Rendas de operações de crédito	455.009	–	–	–	–	455.009
Despesas em operações de captação	(120.716)	(4)	–	(1.480)	(989)	(123.189)
Outras receitas e (despesas)	40.474	–	–	–	–	19.961

(1) J&F Participações S/A

(2) Original Corporate Corretora de Seguros Ltda., Original Hub Ltda.

No primeiro semestre de 2025, o Banco Original cedeu sem retenção substancial de riscos e benefícios ativos da carteira de crédito (crédito pessoal) para o PicPay Bank S.A. O objetivo da venda está aderente à estratégia contínua de especializar cada entidade em um mercado específico. O valor futuro da carteira cedida é de R\$ 982.813, e o preço total da transação foi de R\$ 625.548, gerando resultado líquido dos efeitos tributários de R\$ 18.374.

20. Estrutura de gerenciamento de riscos

O Original preza por uma estrutura organizacional que permite um controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo às regulações pertinentes.

Ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes, sendo o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço e a independência na mensuração e reporte de riscos por essas áreas em processos já implantados.

O Original segrega suas exposições em carteiras de negociação (trading) e carteira bancária (banking), seguindo, além das melhores práticas de mercado, as diretrizes da Resolução 4.557/17 e da Circular 3.354/07, que estabelecem critérios mínimos para classificação de operações nas instituições financeiras.

As posições nas quais há intenção de obter ganhos associados às oscilações de mercado são classificadas na carteira trading da Instituição. Nesse caso, diariamente, essas operações são identificadas, mensuradas, submetidas ao controle de limites e os resultados reportados à Administração.

As metodologias de mensuração e controle para os riscos da carteira de negociação são:

- *Value at risk* (VaR) paramétrico, com nível de confiança de 99,9% e holding period estipulado de acordo com o prazo de liquidação da carteira;
- *Stress test*;
- *Stop loss*.

Aqueles classificados como banking possuem a finalidade de fazer a gestão do risco de mercado e de taxa de juros da carteira bancária composta por ativos e passivos das linhas de negócios que não possuem a característica de negociação. Essas operações são controladas por medida de perda estimada baseada em choques históricos nas curvas de juros. A mensuração e o reporte à Administração ocorrem, no mínimo, mensalmente.

	Value at risk	30/06/2025
	Média	Fechamento
Carteira trading		
Risco de taxas pré-fixadas	1.546	735
Risco de moedas estrangeiras	57.044	24.878
Risco de exposição com correlação	481	413
Carteira banking		
Risco de taxa de juros	(109.533)	(63.403)

O Original qualifica e gerencia seus potenciais riscos nas seguintes classes:

Risco de crédito - Possibilidade de ocorrência de perdas financeiras associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, integral ou parcialmente, sempre observando proativamente não só o desempenho e perspectivas dos negócios do cliente como também o valor das garantias agregadas.

Risco de mercado - Possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado de posições detidas, inclusive as eventuais perdas decorrentes do tamanho da posição frente à liquidez dos mercados durante processos de liquidação.

Risco de liquidez - Possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações financeiras esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive aquelas decorrentes da vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Risco operacional - Possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de reflexos advindos de eventos externos.

a) Gerenciamento de riscos operacionais

Segundo a Resolução 4.557/17, incluem-se nos eventos de risco operacional as fraudes internas e externas, práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços, falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da instituição, danos a ativos físicos próprios ou de uso pela instituição, aqueles que acarretam interrupção de atividades, falhas em sistemas de tecnologia da informação, demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho.

Inclui-se ainda os riscos associados a falhas em processos realizados por terceiros que possam afetar a operação do banco e conseqüentemente sua imagem, inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Original, sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais/regulatórios, incluindo o descumprimento do programa de integridade e indenizações decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Original.

A estrutura de risco operacional do Original visa a identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a instituição está exposta, além de disseminar internamente a cultura de controle de riscos. Esta estrutura está formalizada na política de gerenciamento de risco operacional, documento que define a metodologia, os processos e as responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de risco operacional deve atuar de forma corretiva e preventiva, evitando novos eventos ou a reincidência de falhas, e elaborar um plano de contingência para continuidade dos negócios. A estrutura conta ainda com o comitê de risco operacional e controles internos.

b) Gerenciamento de riscos de mercado

O risco de mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira do Original. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam identificar, mensurar, controlar e reportar os riscos de mercado intrínsecos a cada posição. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do banco segue as melhores práticas de mercado e atendem ainda os requisitos da Resolução 4.557/17 do BACEN.

A análise de exposição das carteiras do Original é pautada em processos realizados pela diretoria de riscos em conformidade com as diretrizes definidas e formalizadas na política de risco de mercado, documento interno aprovado e revisado pelo F-GAP (Fórum de Gerenciamento de Ativos e Passivos)

Os pilares que estruturam a gestão de risco de mercado e de taxa de juros são:

- VaR (valor em risco);
- *Stress test*;
- *Stop loss*; e
- Análise de sensibilidade.

c) Gerenciamento de riscos de liquidez

As diretrizes da Administração para o processo de risco de liquidez são norteadas pela política de risco de liquidez que é aprovada e revisada pelo Comitê de diretoria. Esta política segue as melhores práticas de mercado além de estar em linha com a Resolução 4.557/17 do BACEN. A definição dos limites e a periodicidade de monitoramento, bem como sua revisão, também são de responsabilidade do Comitê de diretoria.

A Diretoria de Riscos é responsável por identificar, monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a liquidez da instituição. Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportado às áreas e fóruns responsáveis pela gestão de liquidez.

Estas informações quantitativas em conjunto com as estratégias de crescimento do Original, balizam as estratégias de captação e de aplicação de forma a garantir um nível adequado de liquidez.

Os pilares que estruturam estas análises são:

- Fluxo de caixa;
- Teste de estresse; e
- Caixa mínimo.

d) Gerenciamento de riscos de crédito

Conforme a Resolução 4.557/17 do BACEN, o risco de crédito é definido como a possibilidade de perda financeira decorrente de não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, da deterioração da qualidade creditícia da contraparte ou instrumento mitigador, reestruturação de instrumentos financeiros, ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

O Comitê de diretoria é responsável pela definição do seu apetite ao risco de crédito e seus processos de gerenciamento.

À Diretoria de Riscos cabe propor ao Comitê de diretoria os limites de apetite a risco de crédito, as formas de mensurá-los, avaliá-los, monitorá-los e reportá-los. Cabe ainda à Diretoria de Riscos, desenvolver modelos de aprovação de crédito, de mensuração das exposições potenciais, de concentração de riscos, bem como avaliar a adequação das provisões para devedores duvidosos da carteira de crédito.

e) Gerenciamento de risco social, ambiental e climático

Consciente de sua responsabilidade para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável e comprometida com o respeito à dignidade humana e com a disseminação da cultura de responsabilidade social, ambiental e climática, o Banco Original possui uma Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) e realiza o monitoramento contínuo do cumprimento dos princípios, valores, estratégias e diretrizes ali estabelecidos. A PRSAC do Banco Original é um instrumento de gestão integrada que abrange:

Estrutura de governança direcionada às questões sociais, ambientais e climáticas; Avaliação e gestão de risco social, ambiental e climático; Atividades e operações que devem ser priorizadas na implementação da PRSAC, observando-se os princípios da proporcionalidade e relevância; Verificação da aderência à PRSAC; Divulgação e a revisão da PRSAC; e Capacitação de empregados para a implementação de ações em sintonia com a PRSAC. Faz parte do gerenciamento do Risco Social, Ambiental e Climático as verificações do cumprimento das regras e procedimentos estabelecidos na PRSAC. Para isso, o Banco Original possui uma estrutura de Governança Corporativa constituída apta a dar tratamento adequado às questões sociais, ambientais e climáticas, proporcionalmente à exposição e à declaração de apetite ao risco da instituição, assegurando a aderência e a integração com as demais políticas do Original e que, entre outros, tem o objetivo de implementar, avaliar e monitorar a efetividade e a adequação de sua PRSAC. Inclui: Comitê de Diretoria (CD) - órgão máximo da governança, sendo responsável pela aprovação e revisão da PRSAC, bem como assegurar sua aderência e às ações com vistas à sua efetividade; Comitê de Gestão Integrada de Riscos (CGIR) - assessorar as diretrizes estratégicas de gerenciamento integrado de riscos e de capital do Original, de acordo com o seu regimento interno/regulamento; Comitê de Risco Operacional e Socioambiental (CROS) - órgão nomeado pelo Comitê de Diretoria, com a função de definir as diretrizes e acompanhar ocorrências relacionadas à gestão de Risco Operacional, Controles Internos, Continuidade de Negócios e Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, monitorando e avaliando a PRSAC; Área de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Risco Social, Ambiental e Climático - sendo responsável por manter a PRSAC atualizada e acompanhar seu cumprimento e efetividade, assim como integrar e coordenar as ações de identificação, avaliação, controle, monitoramento e reporte dos riscos sociais, ambientais e climáticos.

21. Suficiência de capital

O gerenciamento de capital consiste no processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o conglomerado está sujeito, diante de seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas. Neste sentido, as Resoluções 4.955/21 e 4.958/21 e alterações posteriores, definiram as principais métricas para alocação de capital das instituições, seguindo as orientações do Comitê de Basileia. Nessas resoluções foram instituídos os conceitos de patrimônio de referência (PR nível I e nível II) e ativos ponderados pelo risco (RWA).

O cálculo dos ativos ponderados pelo risco (RWA) consiste em uma soma de parcelas que quantificam e consolidam os riscos de mercado, crédito e operacional. Conseqüentemente, o Índice de Basileia verifica a relação entre a base de capital e os diversos riscos incorridos pelo Conglomerado Prudencial.

No quadro abaixo destaca-se a abertura do Índice de Basileia, calculado com base nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado prudencial.

	30/06/2025
Patrimônio de referência Nível I	2.251.096,13
Capital Principal	1.629.156,14
Capital Complementar	621.939,99
Patrimônio de referência Nível II	902.037,38
Patrimônio de referência (Níveis I e II)	3.153.133,51
RWA - Ativos ponderados pelo risco	20.763.641,64
RWACPAD (parcela de risco de crédito)	18.477.753,26
RWAOPAD (parcela de risco operacional)	2.026.401,36
RWAMPAD (parcelas de risco de mercado)	<u>259.487,02</u>
Índice de Basileia	<u>15,19%</u>

O Conglomerado mostrou-se enquadrado no limite regulatório para o Índice de Basileia, que para junho de 2025 é 15,19%, apresentando patrimônio de referência compatível com seu nível de risco. São divulgadas trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e requisitos mínimos de patrimônio de referência (PR), de nível I e nível II. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias, encontra-se no endereço eletrônico www.original.com.br.

Adicionalmente ao Índice de Basileia, as instituições financeiras são obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor, de forma que o Conglomerado apresentou indicador de 34,81% em 30 de junho de 2025.

A controladora do Conglomerado Prudencial Original possui liquidez e capacidade financeira para dar suporte ao plano estratégico de capital.

22. Informações complementares

a) Plano de aposentadoria e pensões

O Original não tem compromisso para patrocínio de plano de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social em proveito de seus empregados e administradores de forma que não são aplicáveis às exigências da Deliberação CVM 695/12.

b) Plano de saúde - benefício pós-emprego

O Original é o principal patrocinador do plano de saúde utilizado pelos seus empregados (participantes ativos e seus dependentes), administrados pela Bradesco Saúde, cujo objetivo é a manutenção de planos de saúde, programas de assistência à saúde, campanhas de prevenção a doenças e a promoção do bem-estar de seus beneficiários por meio de convênios. Os colaboradores demitidos continuarão contando com o plano de saúde conforme cláusulas do acordo coletivo, salvo exceções (reintegrações e eventuais prorrogações). O montante custeado para os demitidos no semestre findo em 30 de junho de 2025 foi de R\$ 171.

c) Seguros

O Banco Original contrata apólices de seguros para proteção dos imóveis onde se encontram suas unidades de negócio, seguros de vida de seus empregados, diretores, administradores e para cobertura de ações judiciais nas esferas cíveis e trabalhistas. Em 30 de junho de 2025, a cobertura total somava R\$ 409.612. O prêmio pago foi de R\$ 1.558.

d) Resultado recorrente e não recorrente

	01/01 a 30/06/2025
Resultado líquido	11.929
Resultado não recorrente líquido dos efeitos tributários	
Lucro na alienação de imobilizado de uso	10.979
Resultado recorrente	<u><u>950</u></u>

23. Eventos subsequentes

Em 31 de julho de 2025, foi deliberado e aprovado o aumento do capital social do Banco Original em R\$ 30.000, totalmente subscrito e integralizado. O capital social, passará a ser de R\$ 5.390.001 dividido em 1.352.826.073 ações escriturais sem valor nominal, sendo 926.413.037 ordinárias e 426.413.036 preferenciais. O aumento de capital está em processo de homologação pelo BACEN.

Em 28 de agosto de 2025, foi deliberado e aprovado o aumento do capital social do Banco Original em R\$ 40.000, totalmente subscrito e integralizado. O capital social, passará a ser de R\$ 5.430.001 dividido em 1.362.826.073 ações escriturais sem valor nominal, sendo 931.413.037 ordinárias e 431.413.036 preferenciais. O aumento de capital está em processo de homologação pelo BACEN.

Administradores responsáveis pela divulgação das demonstrações financeiras

A Diretoria

Marcelo Rosas Betine
Contador
CRC 1 PR044644/"O"-6 "S" SP